

15 de junho de 2022

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado,

O Grupo de Mulheres Diplomatas Brasileiras, que hoje representa cerca de 40% das mulheres diplomatas no SEB, tomou conhecimento com satisfação das duas recentes medidas implementadas pela atual Administração, que se inscrevem no âmbito das sugestões propostas em carta endereçada a Vossa Excelência, em 30 de junho de 2021: a elaboração de estatísticas sobre a carreira e a adaptação nas regras de remoção com recortes de gênero. O Grupo igualmente expressa desejo de que as medidas sejam tratadas como política do Ministério das Relações Exteriores e que tenham continuidade em futuras gestões, de modo a permitir a consolidação de uma série histórica sobre a progressão funcional das mulheres na diplomacia brasileira.

O Grupo também se congratula com Vossa Excelência pela lista de promoção do 1/2022, que contempla uma proporção significativa (acima de 30%) de mulheres em todas as classes. Tendo como ensejo a recente publicação do DSE, o Grupo aproveita a oportunidade para reiterar a urgente e imprescindível necessidade de implementação de uma política de progressão funcional com equilíbrio de gênero no MRE. Entre as medidas mais prementes, destacamos a necessidade de corrigir discrepâncias de gênero nos sistemas de promoção, em todos os níveis e, principalmente, nas classes de Conselheiras e Ministras de Segunda Classe. Os dados preparados pelo DSE corroboram a avaliação do Grupo, que há muito gera preocupação entre as mulheres diplomatas, de que existe um gargalo no acesso ao Quadro de Acesso de mulheres diplomatas à classe de Conselheira, o que, conseqüentemente, leva à redução da proporção das mulheres a serem promovidas nos níveis mais elevados. Nas últimas sete edições do Quadro de Acesso, a vasta maioria dos colegas contemplados foram homens, 88,2%, na média, enquanto as mulheres corresponderam a apenas 11,81%, na média. O cenário é ainda mais alarmante quando se observa que, após o afunilamento na classe de Conselheira, as mulheres vêm sendo também preteridas na classe de Ministra de Segunda Classe, tendo essas promoções sofrido uma tendência de queda nos últimos dez anos, como mostram os dados do DSE.

Trata-se do clássico fenômeno da perda de talentos femininos, que gera grande desestímulo entre as funcionárias mulheres. Não por acaso, desde a década de 1950, 2/3 das mulheres terminam suas carreiras como Primeiras-Secretárias ou Conselheiras. Conhecido em estudos acadêmicos sobre o Itamaraty desde 2016 e motivo de gestão do Grupo junto às Chefias da Casa desde então, esse preocupante dado é igualmente corroborado pelos números apresentados pelo DSE. Diante do cenário adverso que enfrentam as mulheres na carreira, o Grupo

aproveita a oportunidade para conclamar Vossa Excelência a manter o compromisso com a inclusão de um número substantivo de mulheres à classe de Conselheira nas próximas edições do Quadro de Acesso, bem como com a subsequente promoção dessas candidatas. Da mesma maneira, conclamamos Vossa Excelência a manter compromisso com a promoção de mais mulheres ao nível de Ministra de Segunda Classe.

Um compromisso com mais mulheres Conselheiras e, por conseguinte, com mais mulheres Ministras de Segunda e de Primeira Classe, não só consiste em reparação da histórica discriminação de gênero existente no Ministério das Relações Exteriores, mas também em reconhecimento da urgente necessidade de inclusão de mais mulheres em posições de comando no Itamaraty, tanto na SERE como em Embaixadas, Missões e Escritórios. Caso o teto de vidro na carreira das mulheres diplomatas siga sendo no patamar de Conselheira, como o Grupo há anos vem alertando, o Brasil continuará sendo privado de uma Política Externa que contemple a perspectiva das mulheres, uma vez que alcançar o estágio de Embaixadora continuará sendo uma exceção para mulheres e uma regra para homens na carreira.

O Grupo não pode deixar de expressar preocupação ainda com o baixo número de mulheres aprovadas no concurso do IRBr desde a década de 1950, com o fato de o número de Conselheiras do quadro ordinário com CAE ser significativamente inferior ao número total de mulheres nessa classe e com a baixa ocupação de DAS-6 e de chefias de Embaixadas, Missões e Escritórios por mulheres diplomatas. Ao recordar que a referida carta de 30 de junho de 2021 contém diversas propostas que visam corrigir as distorções que desfavorecem as mulheres na carreira, o Grupo reitera sua disposição para seguir dialogando com a Administração para buscar soluções para o problema estrutural da ascensão funcional das mulheres na diplomacia brasileira.

De resto, aproveitamos a ocasião também para sugerir que os dados compilados pelo DSE sejam compartilhados com a ADB, que, em esforço alinhado aos objetivos da Administração, empenhou recursos para pesquisa do perfil da carreira diplomática com vistas a facilitar o trabalho de aperfeiçoamento da política de pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Respeitosamente,

Grupo de Mulheres Diplomatas Brasileiras